



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FE

ANA LÚCIA DE PAIVA LIMA

**O PROJETO ÁFRICA É NÓS COMO INSTRUMENTO DE
VALORIZAÇÃO DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA NO
ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO**

**Brasília – DF
2025**

ANA LÚCIA DE PAIVA LIMA

**O PROJETO ÁFRICA É NÓS COMO INSTRUMENTO DE VALORIZAÇÃO DA
CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA NO ENSINO FUNDAMENTAL E
MÉDIO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Educação da Universidade de
Brasília como requisito parcial para obtenção do
título de licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Maria da Conceição da
Silva Freitas.

**Brasília – DF
2025**

CIP - Catalogação na Publicação

Lp Lima, Ana Lúcia de Paiva.
O PROJETO "ÁFRICA É NÓS COMO INSTRUMENTO DE VALORIZAÇÃO DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA E ÁFRICA NO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO / Ana Lúcia de Paiva Lima;
Orientador: Profa. Dra. Maria da Conceição da Silva Freitas. Brasília, 2025. 33 f.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação - Pedagogia) Universidade de Brasília, 2025.
1. Cultura afro-brasileira; 2. Educação antirracista; .
3. Identidade Negra; . 4. Lei nº 10.639/2003; . 5. Projeto África é Nós; . I. da Silva Freitas, Profa. Dra. Maria da Conceição , orient. II. Título.

ANA LÚCIA DE PAIVA LIMA

**O PROJETO ÁFRICA É NÓS COMO INSTRUMENTO DE VALORIZAÇÃO DA
CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA NO ENSINO FUNDAMENTAL E
MÉDIO**

BANCA AVALIADORA:

Prof.^a Dr.^a Maria da Conceição da Silva Freitas
Orientadora/Presidente
Universidade de Brasília (UnB)/Faculdade de Educação

Prof.^a Dr.^a Marilene Leal Paré
Avaliadora 1
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof.^a Dr.^a Renisia Cristina Garcia Filice
Avaliadora 2
Universidade de Brasília (UnB)/Faculdade de Educação

Prof.^a Dr.^a Joeanne Neves Fraz
Suplente
Universidade de Brasília (UnB)/Faculdade de Educação

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por ter me sustentado até aqui, mesmo quando eu já não acreditava mais em mim. Nos momentos mais difíceis, foi Ele quem me fortaleceu, iluminou meu caminho e me deu coragem para seguir em frente.

À minha família, meu eterno agradecimento. Aos meus pais, Manoel Messias e Inácia, por todo amor e por, apesar de tudo, nunca deixarem de acreditar em mim durante todos esses anos.

Agradeço aos meus irmãos, Clayton, Cleber e Cleilton, por todo apoio e paciência nos momentos em que mais precisei. E, em especial, ao meu irmão Clenilson (“Gordinho”), que partiu cedo demais. Sua ausência nessa reta final se transformou em força para seguir.

Ao meu marido, Lionel, e aos meus filhos, Kenedy e Kevyn, minha base, minha motivação e razão para continuar. Vocês estiveram comigo em cada sacrifício e em cada conquista. Esta vitória é também de vocês!

Agradeço ainda à minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Maria da Conceição, por não desistir de mim e caminhar ao meu lado até o fim.

E, por último, mas não menos importante, agradeço a mim mesma. Porque, apesar de tudo o que já passei, eu renasci. Renasço, como a fênix!

Agradeço também aos que vieram antes de mim, meus ancestrais, pois sinto dentro de mim um grito de liberdade que me impulsiona e me fortalece.

MEMORIAL

Chegar aqui não foi fácil. Foram 10 anos de Universidade de Brasília (UnB). Uma década de desafios, aprendizados, pausas e recomeços. Quando entrei na Universidade, não sabia quão poderosa poderia ser. A princípio, tudo parecia um grande desafio, sentia-me um pouco perdida em meio a tantas novas experiências e informações pois, vinda de escola pública, onde a educação é sucateada, não havia aprendido o básico. As lacunas do meu aprendizado eram imensas, eu me sentia despreparada, muitas vezes, incapaz de aprender, reflexo de um imaginário social que por muito tempo colocou os negros como inferiores. Não me sentia pertencente e, por vezes, abandonei o curso, quase desisti.

No entanto, com o tempo, percebi que a Universidade não é apenas um espaço de conhecimento acadêmico, mas também um lugar de transformação pessoal e construção de identidade.

Foi nesse ambiente que comecei a me reconhecer como mulher negra, compreendendo a importância da minha história, tantas vezes invisibilizada. Entendi a força das minhas raízes africanas e como elas moldam a minha visão de mundo. Essa conexão com a ancestralidade me fortaleceu, reforçando a urgência da luta por uma educação justa e de qualidade, especialmente para nós, pessoas negras, a quem esse direito foi historicamente negado.

Apesar de ainda haver poucos professores negros, foi na Universidade que, pela primeira vez, vi pessoas como eu ocupando espaços de protagonismo e representatividade.

Essa presença foi essencial para que eu passasse a me enxergar com orgulho, como parte de uma história coletiva que resiste e transforma. Uma professora, em especial, teve um papel determinante nesse processo, a Profª. Dra. Renata Melo Barbosa do Nascimento. Com suas palavras e ensinamentos, ajudou-me a ver que minha trajetória vai além dos desafios, carrega força, identidade e o potencial de impacto social.

Minha pesquisa também teve um papel crucial nessa trajetória. Ao investigar o projeto “África é Nós”, comprehendi de forma mais profunda como a ausência de referências positivas e o silenciamento da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas afetam a construção da identidade de estudantes negros e negras, como foi o meu caso.

Durante anos, sofri com o racismo velado no ambiente escolar e, por não ver representatividade ao meu redor, isso afetou profundamente a minha autoestima. Hoje, comprehendo a importância da Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, como ferramenta de

combate ao racismo nas escolas e valorização da identidade negra numa perspectiva de reparação histórica. Esta pesquisa deu ainda mais sentido a minha trajetória enquanto futura educadora.

Cada aula, cada debate e cada interação mostraram-me o poder transformador da educação. Por isso, a defendo com tanta paixão. Ela é a chave para a construção de uma sociedade justa e igualitária, capaz de combater as desigualdades e o racismo estrutural. A educação antirracista, que valoriza e enxerga as culturas e histórias negras, é essencial para romper com as estruturas opressoras ainda presentes.

A UnB me desafiou a superar limitações e medos, mesmo na dor e na incerteza. Aprendi a fortalecer identidades, questionar normas e promover mudanças.

Durante essa jornada, aprendi não apenas sobre pedagogia, mas também sobre mim mesma. Encontrei nas dificuldades oportunidades de crescimento e, nas conquistas, a certeza de que resistir é necessário.

Hoje, ao concluir essa etapa, posso confirmar, com certeza, que a Universidade transformou a minha visão de mundo e minha responsabilidade em inspirar outras pessoas negras a ocuparem, com orgulho, os espaços que sempre foram nossos por direito.

RESUMO

A pesquisa analisará como o projeto “África é Nós” contribui para a valorização da cultura afro-brasileira e africana nas escolas públicas do Distrito Federal, em conformidade com a Lei 10.639/2003, que trata da obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na Educação Básica. O estudo tem como objeto principal o referido projeto, buscando investigar, a partir de pesquisas bibliográficas e de entrevistas com representantes do projeto, com vistas a identificar se e como este contribui para a valorização da cultura e para o fortalecimento da autoestima de estudantes negras e negros do Ensino Fundamental (Anos Finais) e do Ensino Médio.

Palavras-chave: Cultura afro-brasileira; Educação antirracista; Identidade negra; Lei nº 10.639/2003; Projeto *África é Nós*.

ABSTRACT

The research will analyze how the “África é Nós” project contributes to the appreciation of Afro-Brazilian and African culture in public schools in the Federal District, in accordance with Law 10.639, which deals with the mandatory teaching of Afro-Brazilian and African history and culture in Basic Education. The study has as its main objective the aforementioned project, seeking to investigate, based on bibliographic and field research, including interviews with representative people of the project, and to identify whether and how it contributes to the appreciation of culture and the strengthening of self-esteem of black students in elementary and high school.

Keywords: Afro-Brazilian culture; Anti-racist education; Black identity; Law No. 10.639/2003; *África é Nós* Project.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 REFERENCIAL TEÓRICO	11
2.1 A escola como espaço de construção da identidade negra	11
2.2 Cultura e os fatores constitutivos da identidade negra positiva	12
2.3 A Lei 10.639/2003 e a valorização da cultura afro-brasileira	14
2.4 O Projeto “África é Nós” e a valorização da cultura afro-brasileira	15
3 METODOLOGIA	17
4 RESULTADOS E ANÁLISES	18
4.1 O que é o projeto “África é Nós”	18
4.2 Resultados do projeto “África em Nós” junto aos jovens	21
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
REFERÊNCIAS	26
APÊNDICES	26
Apêndice A – Roteiro da Entrevista 1	27
Apêndice B – Roteiro da Entrevista 2	27
Apêndice C – Propostas para atuação profissional no futuro	28
ANEXOS	29
Anexo A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido 1.....	30
Anexo B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido 2	31
Anexo C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido 3	32

1 INTRODUÇÃO

A compreensão da identidade negra no contexto escolar exige, antes de tudo, uma reflexão sobre o conceito de cultura, posto que é por meio dela que os sujeitos (homens e mulheres) constroem suas visões de mundo, relações sociais e percepções de si e dos outros.

Nesse sentido, a professora e pesquisadora Nilma Lino Gomes, em seu texto *Cultura Negra e Educação* (2003), destaca que a cultura não se resume a um simples conjunto de práticas, tradições e manifestações artísticas, mas constitui uma dimensão presente no cotidiano das pessoas, que marca comportamentos, valores e representações sociais. Para a autora também, a cultura é construída ao longo da história e está intrinsecamente ligada às experiências concretas dos sujeitos, influenciando diretamente as relações sociais e as formas de interação, inclusive no ambiente escolar (Gomes, 2003).

Compreender esse conceito é essencial para refletir sobre o papel da escola na construção da identidade dos estudantes, especialmente no que diz respeito à valorização da cultura negra. A escola pode ser um espaço para o reconhecimento da diversidade e para o fortalecimento de identidades historicamente marginalizadas, como a identidade negra. Contudo, essa valorização nem sempre acontece de forma efetiva, muitas vezes, a cultura afro-brasileira e africana é desvalorizada, tratada de forma superficial ou até estigmatizada dentro do ambiente escolar, contribuindo para a construção de uma identidade fragilizada entre estudantes negros e negras (Gomes, 2003).

Diante desse cenário, a pesquisa analisará de que forma o projeto “África é Nós” contribui para a valorização da cultura afro-brasileira e africana nas escolas públicas do Distrito Federal (DF), em conformidade com a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que institui a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana na Educação Básica (Brasil, 2003).

O projeto “África é Nós”, criado em 2022 e realizado principalmente em escolas públicas periféricas do Distrito Federal, surge para superar a forma distorcida e superficial com que a história dos negros e africanos é representada. O projeto busca combater o racismo e o apagamento histórico da população negra na formação da sociedade brasileira.

Esta pesquisa pretende investigar como as práticas realizadas no âmbito do “África é Nós” promovem a valorização da cultura afro-brasileira e africana, fortalecendo a identidade de estudantes negros e negras dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio nas escolas públicas do DF.

O objetivo geral é investigar sobre como o projeto “África é Nós” dialoga com a Lei 10.639/2003, mais especificamente, no que diz respeito à promoção da cultura afro-brasileira e africana e ao fortalecimento da identidade de estudantes negros e negras. Com os seguintes objetivos específicos:

1. Analisar as origens do projeto “África é Nós” por meio de entrevistas com o coordenador, oficineira de passarela e artista convidado; 2. Identificar ações do projeto “África é Nós” que contribuem para fortalecer a autoestima de estudantes negras e negros no Ensino Fundamental (Anos Finais) e do Ensino Médio das escolas públicas; 3. Avaliar quais ações que dialogam com a Lei 10.639/2003, por meio das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais.

Com base nesses objetivos, torna-se necessário compreender o papel da escola na formação das identidades e na construção de um ambiente que favoreça o reconhecimento da diversidade. É nesse sentido que o referencial teórico analisa como esse espaço influencia a construção da identidade negra e como contribui para uma educação mais justa e antirracista.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A ESCOLA COMO ESPAÇO DE CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA

A escola tem um papel duplo. Pode ser espaço de valorização da diversidade, mas também pode reproduzir preconceitos e discriminações. Marcadores sociais como raça, gênero, classe e religião, frequentemente não são valorizados e acabam por ser usados como instrumentos de dominação cultural, gerando conflitos e tensões.

Na realidade brasileira, essa dinâmica se expressa principalmente nas relações entre os grupos racializados, onde o racismo estrutural mantém a população negra em situação de desvantagem social, econômica e cultural. Nesse contexto, a escola, muitas vezes, reforça essas práticas racistas e discriminatórias, invisibilizando saberes e culturas não-hegemônicas.

De acordo com a Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, “a escola, enquanto espaço de formação integral do ser humano, tem como função social transmitir não apenas conhecimentos coletivos da humanidade, mas também valores e costumes que respeitam e reconhecem as diferenças” (Brasil, 2004, p. 7). No entanto, ao longo da história, esse espaço tem reproduzido desigualdades, tornando-se, muitas vezes, um ambiente onde as representações negativas sobre a população negra são perpetuadas. Por isso, é importante que a escola perceba essa dualidade para trabalhar com o objetivo de

promover um ambiente onde a diversidade seja respeitada e a identidade dos sujeitos valorizada (Gomes, 2003).

Gomes (2003) entende que a educação não é só escolarização. A educação é um processo para o desenvolvimento humano que extrapola os muros da escola, e acontece em diversos contextos sociais:

A educação não se reduz à escolarização. Ela é um amplo processo, constituinte da nossa humanização, que se realiza em diversos espaços sociais: na família, na comunidade, no trabalho, nas ações coletivas, nos grupos culturais, nos movimentos sociais, na escola, entre outros (Gomes, 2003, p. 170).

A autora afirma ainda que a escola é um lugar onde os estudantes aprendem não somente conteúdos escolares, mas também, valores, crenças e hábitos, incluindo preconceitos relacionados à raça, gênero, classe social e idade.

A reflexão sobre a cultura como uma dimensão presente nas vivências concretas dos sujeitos nos leva, inevitavelmente, à análise da forma como a escola participa do processo de construção identitária. Nilma Lino Gomes (2002) nos convida a pensar sobre esse papel contraditório da escola, que pode tanto contribuir para a valorização da diversidade quanto perpetuar silenciamentos. A autora defende que a identidade se constrói na relação com o outro, sendo resultado de um processo contínuo de reconhecimento. Ela afirma que:

Nenhuma identidade é construída no isolamento. Ao contrário, é negociada durante a vida toda por meio do diálogo, parcialmente exterior, parcialmente interior, com os outros. Tanto a identidade pessoal quanto a identidade socialmente derivada são formadas em diálogo aberto. Estas dependem de maneira vital das relações dialógicas estabelecidas com os outros. Esse é um movimento pelo qual passa todo e qualquer processo identitário e, por isso, diz respeito, também, à construção da identidade negra (Gomes, 2002, p. 39).

Com base nessa perspectiva, percebe-se que a ausência de referências positivas para os jovens negros no ambiente escolar contribui para a formação de uma identidade enfraquecida, frequentemente associada a negação de sua história e cultura. Isso se reflete no currículo e nas práticas escolares que, ao longo da história, apresentaram a população negra sob a ótica da escravidão, sem protagonismo e trajetória de resistência. Como destaca Gomes (2002, p. 39), “o olhar lançado sobre o negro e sua cultura, no interior da escola, tanto pode valorizar identidades e diferenças quanto pode estigmatizá-las, discriminá-las, segregá-las e até mesmo negá-las”.

Diante disso, Gomes (2002, p. 43) propõe a construção de novas práticas pedagógicas a partir das experiências dos sujeitos negros:

Construir novas práticas pedagógicas, novos materiais didáticos, abrir debates, estabelecer diálogo com a comunidade negra, com o movimento negro, com os grupos culturais de tradição africana. [...] não há outra saída senão tomar o negro como sujeito e tentar compreender como ele pensa a educação e a cultura nos seus próprios termos.

Ou seja, é fundamental reconhecer as pessoas negras como sujeitos de direitos e como produtores de saberes. E, nesse sentido, de que forma a educação pode contribuir para essa finalidade?

Uma resposta concreta está na implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (DCNERER), em 2004. Essas diretrizes orientam as escolas a integrar, de forma crítica e em todo currículo escolar, o estudo da história e da cultura africana e afro-brasileira.

Nessa mesma linha, Sueli Carneiro (2005) reforça a importância de romper com o apagamento histórico e epistemológico vivenciado pela população negra. A autora afirma que: “o epistemicídio [aqui abordado deve ser compreendido como] a anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, [bem como] a negação ao acesso a uma educação de qualidade e os diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento.” (CARNEIRO, 2005, p. 97)

A crítica de Carneiro evidencia como a negação dos saberes produzidos pela população negra interfere na construção das identidades negras, reforçando sentimentos de exclusão e não pertencimento.

Dessa forma, para que a escola se torne, de fato, um espaço de transformação social, é necessário que ela valorize os conhecimentos, experiências e culturas negras como parte constitutiva da formação humana. Essa mudança de perspectiva é essencial para o fortalecimento de uma identidade negra positiva, tema que será abordado na próxima seção.

2.2 CULTURA E OS FATORES CONSTITUTIVOS DA IDENTIDADE NEGRA POSITIVA (INP)

No artigo *Negritude e identidade negra ou afrodescendente: um racismo ao avesso?*, Kabengele Munanga (2012) reflete sobre a construção da identidade negra no Brasil a partir de três dimensões fundamentais: o fator histórico, o fator cultural (linguístico) e o fator psicológico. Para o autor, a identidade é uma categoria de autodefinição coletiva marcada pelas experiências sociais e históricas da população negra.

É nesse ponto que os fatores constitutivos da identidade ganham relevância. Ao refletirmos sobre como a história negra é contada ou mal contada nas escolas, percebemos o impacto direto que isso tem na construção identitária de estudantes negros e negras. Como

afirma Munanga (2012, p. 10), “uma das estratégias utilizadas pela escravidão e colonização [foi] destruir a memória coletiva dos povos escravizados e colonizados”.

Além disso, é importante ressaltar que

[...] os aportes culturais africanos fazem parte do cotidiano de todos os brasileiros: culinário, artes musicais, visuais, religiões populares, breve, estão presentes na maneira de ser brasileiro e brasileira. De fato, a cultura brasileira no plural e sua identidade nacional foram modeladas pelos aportes da população negra. Estas contribuições culturais precisam ser resgatadas positivamente, desconstruindo imagens negativas que fizeram delas e substituindo-as pelas novas imagens, positivamente reconstruídas. É por isso que a Lei Federal 10.639/3 exige que a cultura negra no Brasil seja ensinada na Escola brasileira de maneira positiva e que esse ensinamento possa oferecer subsídios de qualidade capazes de auxiliar no processo de sua identidade (Munanga, 2012, p. 11).

Esse resgate cultural é fundamental para que a escola cumpra com o seu papel de promover uma identidade negra positiva, ao reconhecer e valorizar a herança africana na cultura afro-brasileira em todas as suas dimensões.

Nesse sentido, Gomes (2003) chama atenção para o modo como a escola lida com os corpos negros. A autora explica que na escola estudantes negros e negras enfrentam olhares diversos sobre sua história, cultura, corpo e estética. Essas percepções nem sempre são respeitosas ou acolhedoras, pelo contrário, muitas vezes reproduzem preconceitos que fragilizam a autoestima e interferem na construção da identidade negra positiva. Por isso, a escola é um espaço político, onde se questionam verdades históricas e se reivindica o direito à existência e a valorização das identidades negras.

Essa dimensão política da escola também é evidenciada por bell hooks (2013, p. 12), ao destacar que, mesmo nos contextos mais opressores, “a escola ainda era um ambiente político, pois éramos obrigados a enfrentar a todo momento os pressupostos racistas brancos, de que éramos geneticamente inferiores, menos capacitados que os colegas, até incapazes de aprender”. Afirmação que denuncia o modo como o racismo se manifesta nas práticas escolares, impactando psicologicamente estudantes negros e negras, implicando numa necessidade de a escola ser repensada como espaço de reconstrução da identidade.

Complementando essa perspectiva, Munanga (2012) ressalta que o psicológico é fator constitutivo da identidade negra quando questiona se o jeito de ser da pessoa negra é diferente do jeito de ser da pessoa branca. Para ele, caso essa diferença existir, não pode ser explicada biologicamente, como afirmam as teorias racistas do passado, mas deve ser compreendida no contexto histórico da escravização, da marginalização e das experiências coletivas da população negra. Assim, é a história e a forma de viver em sociedade que moldam os comportamentos, e não a cor da pele.

É nesse ponto que a luta histórica do Movimento Negro no Brasil se conecta diretamente com a construção de uma identidade negra positiva. Desde as primeiras iniciativas organizadas por pessoas negras, como o Teatro Experimental do Negro, idealizado por Abdias Nascimento, até a criação do Movimento Negro Unificado (MNU) em 1978, é possível observar uma presença ativa e contínua voltada a valorização da cultura afro-brasileira e a defesa de uma educação antirracista. Maíra Pires Andrade (2017) destaca que a promulgação da Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003 não deve ser vista como resultado de uma iniciativa isolada do Estado, mas sim como fruto de uma longa caminhada que envolveu mobilizações e a atuação de sujeitos negros em diferentes espaços sociais. Flávio Gomes (2015, apud ANDRADE, 2017), essas conquistas foram fruto de conexões históricas e da atuação de intelectuais e movimentos sociais negros.

As propostas de Abdias Nascimento, apresentadas em espaços como o jornal *O Quilombo* e a revista *Thoth*, já pautava a importância de inserir ao currículo escolar conteúdos que refletissem a contribuição dos povos africanos e afro-brasileiros para a humanidade. Um exemplo disso está na edição da revista *Thoth* (1997), em que se propõe “incorporar ao conteúdo dos cursos sobre história geral o ensino das contribuições positivas das civilizações africanas, particularmente seus avanços tecnológicos e culturais antes da invasão europeia” (*Thoth*, 1997, apud ANDRADE, 2017, p. 24).

Nesse processo, a carta de Princípios do Movimento Negro Unificado, elaborada em 1978, deixou evidente que a educação ocupa lugar central na luta contra o racismo estrutural. O texto denuncia o apagamento simbólico da cultura negra e exige sua valorização crítica e consciente: “reavaliação da cultura negra e combate sistêmico à sua comercialização, folclorização e distorção” (MNU, 1978, apud ANDRADE, 2017, p. 29). Segundo Andrade (2017), tanto a Lei 10.639/2003 quanto as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (DCNERER) foram elaboradas sob influência direta dessa mobilização política e social.

A autora destaca que essas leis são mais do que normas jurídicas, representando uma prática social coletiva que “não é constituída apenas de artigos e parágrafos, mas é fruto de uma práxis e de um conjunto de aspectos formadores em suas múltiplas relações” (ANDRADE, 2017, p. 39).

2.3 A LEI 10.639/2003 E A VALORIZAÇÃO DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA

Nesse contexto, destaca-se aqui a importância da Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, como conquista histórica da luta do Movimento Negro. A lei alterou o Art. 26-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, tornando obrigatório o ensino da história e da cultura afro-brasileira em todas as escolas da educação básica, tanto públicas quanto privadas. Seu principal objetivo é reconhecer e valorizar a contribuição dos povo na formação da sociedade brasileira (Brasil, 2003).

No entanto, sua efetivação encontra diversos obstáculos, sendo a formação docente um dos principais desafios. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, aprovadas em 2004, destacam a necessidade de professores qualificados, sensíveis e capazes de promover o respeito e combater posturas preconceituosas. Para isso, é fundamental investir em uma formação consistente, que prepare os professores para entender a diversidade étnico-racial e desenvolver estratégias pedagógicas eficientes (Brasil, 2004).

Apesar disso, na prática, a formação docente é insuficiente no que diz respeito à temática racial. Mesmo com a exigência legal para que esse conteúdo esteja presente nos cursos de licenciatura e nos programas de formação continuada, inclusive no Ensino Superior, o cenário educacional revela uma lacuna significativa (Brasil, 2004).

A implementação da lei é, portanto, resultado direto da luta histórica do Movimento Negro por justiça curricular e reconhecimento das identidades negras. Gomes (2003) argumenta que as escolas que reconhecem a importância do diálogo com a comunidade e com os movimentos sociais negros tendem a abrir espaço para ações educativas transformadoras que impactam positivamente a identidade de estudantes, professores e demais envolvidos.

Como ressaltam Muller e Santos (2012), antes da promulgação da Lei nº 10.639/2003, a história da população negra sequer era objeto de estudo nas escolas. A partir da lei, esse conteúdo se torna parte obrigatória do currículo, promovendo visibilidade aos saberes africanos e possibilitando a reconstrução da imagem de negros e negras no espaço escolar.

Para que a legislação seja realmente efetiva, é importante aprofundar os conteúdos escolares que estão especificados nos parágrafos 1º e 2º do Art. 26-A da LDB, que destacam obrigatoriedade da história e cultura afro-brasileira, especialmente nas áreas de Educação Artística, Literatura e História Brasileiras (Brasil, 2003).

Essa perspectiva reforça a necessidade de iniciativas que envolvam o interesse dos estudantes e estejam alinhadas com os princípios da legislação e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, que enfatizam a importância da abordagem do corpo negro como tema pedagógico e político, destacando “a valorização da

oralidade, da corporeidade e da arte, por exemplo, como a dança, marcas da cultura de raiz africana, ao lado da escrita e da leitura” (Brasil, 2004, p. 20).

Gomes (2003) argumenta que:

O estudo sobre as representações do corpo negro no cotidiano escolar poderá ser uma contribuição não só para o desvelamento do preconceito e da discriminação racial na escola como, também, poderá nos ajudar a construir estratégias pedagógicas alternativas que nos possibilitem compreender a importância do corpo na construção da identidade étnico-racial de alunos, professores negros, mestiços e brancos e como esses fatores interferem nas relações estabelecidas entre esses diferentes sujeitos no ambiente escolar. [...] será preciso que os educadores alterem suas lógicas escolares e conteudistas, dialoguem com outras áreas, valorizem a produção cultural negra constituída em outros espaços sociais e políticos (p. 180-181).

Dessa forma, evidencia-se a necessidade de ações educativas que sejam ferramentas efetivas para o cumprimento da lei e que consigam alcançar as diferentes realidades escolares, promovendo a valorização e reconstrução da identidade daqueles historicamente marginalizados socialmente.

2.4 O PROJETO “ÁFRICA É NÓS” E A VALORIZAÇÃO DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA

O projeto “África é Nós” surgiu a partir de um problema recorrente em muitas escolas, a forma distorcida e superficial com que a história dos negros e africanos são representadas. Quase sempre restrita ao Dia da Consciência Negra, em 20 de novembro. Essa prática pontual contribui para o apagamento histórico da população negra e ignora seu papel fundamental na formação da sociedade brasileira.

Frente a essa realidade, o projeto representa um esforço concreto de promover um diálogo e uma valorização da cultura negra e africana a partir da perspectiva dos próprios sujeitos negros, sejam estudantes, artistas ou profissionais envolvidos. Como ressalta o idealizador do projeto René Mapouna¹(2025), a equipe é composta majoritariamente por pessoas negras, periféricas, indígenas e africanas que moram em Brasília, algo raro e que confere ao projeto uma identidade forte e autêntica:

A maioria da equipe técnica [...] são pessoas negras ou periféricas. Indígenas. [...] Algo que se destaca justamente por essa questão de ter, por exemplo, africanos que moram em Brasília, que fazem parte da equipe. Negros periféricos que fazem parte da equipe. Coisa que não é comum. Ter essa junção de pessoas de várias partes do

¹ ¹ René Mapouna é autor do projeto “África é Nós”. Proveniente da República de Camarões, país do continente africano, é músico, produtor cultural, empreendedor no ramo de acessórios e vestuário africano, além de professor de inglês e francês.

mundo. Incluindo o continente africano e aqui também em Brasília. Essa é uma pegada diferenciada também (René Mapouna, 2025).

Esse protagonismo e essa representatividade dentro da equipe são fundamentais para a construção de uma identidade negra positiva, fortalecendo o sentimento de pertencimento e a autoestima dos sujeitos negros.

As ações do projeto são realizadas por meio de oficinas, como as de turbante e de passarela, por causa do desfile. Há também oficinas de história da moda africana, de fotografia, penteado afro e apresentações artísticas. Essas oficinas são práticas, acessíveis e dialogam com a realidade dos estudantes, constituindo um exemplo de educação como prática da liberdade. Como defende bell hooks, “ensinar de um jeito que respeite e proteja as almas dos nossos alunos é essencial para criar condições necessárias para que o aprendizado possa começar do modo mais profundo e íntimo” (HOOKS, 2013, p. 25).

O projeto tem uma proposta formativa, direcionada a jovens entre os 14 e os 18 anos, ou seja, estudantes que já estão em uma fase de transição para o mercado de trabalho. A iniciativa apresenta ferramentas reais para que os jovens, principalmente de periferia, possam começar a construir o seu próprio caminho profissional.

Através de uma abordagem que une a teoria com a prática, o projeto procura mostrar como é possível usar a criatividade e gerar renda.

3 METODOLOGIA

A investigação busca compreender como o projeto “África é Nós” contribui para a valorização da cultura afro-brasileira e africana nas escolas públicas do Distrito Federal, em conformidade com a Lei 10.639/2003, que trata da obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na Educação Básica. Para isso, a pesquisa seguiu dois caminhos metodológicos: a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo.

A pesquisa bibliográfica fundamenta-se em referenciais teóricos de autores como Nilma Lino Gomes (2002; 2003), Kabengele Munanga (2004), além da Lei 10.639/2003 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais para sua implementação, os quais abordam a importância da valorização da identidade negra, do combate ao racismo e da construção de práticas pedagógicas antirracistas.

O objeto de estudo é o projeto “África é Nós” e pretende investigar como as práticas realizadas contribui para a valorização da cultura afro-brasileira e africana e a fortalecendo a

Identidade de estudantes negros e negras dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio nas escolas públicas do DF.

Para a análise, foram definidos os seguintes indicadores: *análise das origens do projeto “África é Nós”* – com base nas entrevistas realizadas com o produtor cultural, a oficineira de passarela e o artista convidado; *a valorização da identidade negra positiva* - considerando as ações realizadas para valorizar os estudantes negros e negras dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio; *a relação entre o projeto “África é Nós” e o que prevê a Lei 10.639/2003 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais* - identificando quais ações desenvolvidas pelo projeto estão alinhadas a legislação vigente.

Foram realizadas três entrevistas semiestruturadas, duas presenciais e uma online, todas com gravação previamente autorizada mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Os entrevistados foram o idealizador do projeto e produtor cultural, René Mapouna; a oficineira de técnica de passarela, Daniela Ferreira;² e o artista convidado Big Nel³, que atua como cantor no desfile. As perguntas das entrevistas tinham como objetivo conhecer a história do projeto, entender as motivações dos profissionais envolvidos, bem como identificar as ações desenvolvidas nas escolas. As falas dos entrevistados foram transcritas e revisadas ao longo do processo de escrita, servindo como base para a análise dos dados.

Nesse sentido, a entrevista semiestruturada foi adotada por possibilitar um diálogo guiado, mas flexível, permitindo que o entrevistado pudesse expressar livremente suas opiniões e vivências. Segundo Fraser e Gondim (2004, p. 140),

Deste modo, a entrevista dá voz ao interlocutor para que ele fale do que está acessível a sua mente no momento da interação com o entrevistador e em um processo de influência mútua produz um discurso compartilhado pelos dois atores: pesquisador e participante.

4. RESULTADOS E ANÁLISES

4.1 O QUE É O PROJETO “ÁFRICA É NÓS”

² Daniela Ferreira, modelo e profissional negra que atua no projeto “África é Nós”.

³ Big Nel é cantor e compositor, natural do Benim, país do continente africano. Atua com gêneros como afro, trap, rap, pop e hip hop, e participa do projeto “África é Nós”.

O projeto “África é Nós” surgiu a partir da constatação de que muitas escolas públicas tratam sobre a história dos negros de forma superficial, limitada geralmente ao Dia da Consciência Negra, em 20 de novembro.

A primeira edição aconteceu em 2022, na Escola Classe 102 de Ceilândia. Em 2023, a segunda edição ocorreu em duas escolas, no Centro de Ensino Médio Integrado (CEMI) do Gama e na Escola Classe 310 de Santa Maria. Já a terceira edição foi realizada em 2024, na Escola Classe 111 de Ceilândia e no Colégio Cívico Militar Centro Educacional (CED) 308 do Recanto das Emas. Essas edições realizadas mostram o compromisso do projeto em enfrentar o racismo diretamente nos espaços escolares, promovendo a desconstrução de estereótipos entre estudantes e professores.

René Mapouna (2025), idealizador do projeto, relata que,

O “África é Nós” surgiu da necessidade que a gente observou em algumas escolas públicas. No começo, chamavam a gente no Dia da Consciência Negra pra poder fazer palestras, durante um dia específico do ano somente. E aí a gente percebeu que tinha uma demanda. Então, o projeto veio para trazer algo consistente. (sic)

Essa fala revela a persistência de práticas simbólicas, sem inserção significativa no currículo escolar. Embora o projeto não esteja formalmente inserido no currículo, dialoga diretamente com o Art. 26-A da LDB, Lei 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica. Assim, busca preencher esse vazio em relação à temática sobre o continente africano, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, que orientam a implementação dessas práticas pedagógicas no contexto escolar.

René Mapouna destaca ainda a contradição nas escolas onde o projeto atua.

A gente quer ir onde justamente está tendo esses casos. E é lá, nessas escolas onde tem altos índices, apesar de ser na periferia, e apesar de ter muitos alunos negros, mas isso não impede de casos de racismo acontecer, o que pode surpreender algumas pessoas. Não é porque a maioria é negro que não vai ter casos de racismo. (sic)

Essa declaração demonstra que a predominância de estudantes negros não impede a manifestação do racismo no contexto escolar, evidenciando a profundidade e continuidade desse problema. Tal realidade está alinhada com as DCNERER, as quais aponta que: “o racismo imprime marcas negativas na subjetividade dos negros e também na dos que os discriminam [e] que pessoas negras sejam influenciadas pela ideologia do branqueamento e, assim, tendam a reproduzir o preconceito do qual são vítimas” (BRASIL, 2004, p. 16).

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, a ideologia do branqueamento foi sustentada por políticas que, mesmo após a abolição, tentaram invisibilizar a presença negra por meio da valorização de padrões brancos como superiores (BRASIL, 2004). Essa lógica estruturante continua influenciando as práticas escolares, demonstrando que o racismo se mantém ativo de maneira velada e persistente nas interações e no imaginário coletivo.

Este cenário reforça a reflexão de Nilma Lino Gomes (2002) em seu artigo Educação e Identidade Negra, no qual destaca que a escola pode exercer um papel ambíguo, tanto contribuir para o reconhecimento da identidade negra quanto reproduzir práticas racistas. A autora explica que a identidade negra é algo que vai sendo construído aos poucos, a partir das vivências que as pessoas negras têm nos diferentes espaços por onde passam, sejam eles formais ou informais. Por isso, pode-se dizer que a escola também participa dessa construção, pois é um lugar onde esses sujeitos estão inseridos e onde podem ter sua identidade fortalecida ou enfraquecida, dependendo de como são tratados e representados (Gomes, 2002; 2003).

Essa crítica é explicitada na fala de René Mapouna (2025) ao denunciar a superficialidade com que muitas escolas tratam a cultura afro-brasileira e africana: “*Pintem aí umas máscaras africanas [...] de maneira bem caricatural [...] Já fiz a minha parte. [...] tiro a foto e pronto, acabou. [...] Mas não é disso que se trata. Tem o faz de conta e tem algo que realmente impacta o jovem, a criança. São duas coisas diferentes*”.

A fala do músico e criador do projeto ecoa o alerta de Gomes (2003) sobre as práticas que colocam a cultura negra no lugar do exótico e folclórico, sem promover mudanças reais. Para romper com essa visão estereotipada, é preciso práticas pedagógicas que valorizem a experiência negra de forma crítica e profunda.

René Mapouna reflete sobre a dificuldade de aplicação da lei apontando que, embora algumas escolas conheçam a lei, muitas não sabem como aplicá-la concretamente. Segundo ele:

Esse projeto justamente usa essa lei. Ele responde à má necessidade. [...] muitas escolas falam que sim, temos ciência da lei, mas como aplicá-la na prática, [...] é um problema [...] Alguns professores podem [...] falar que não, [...] estou seguindo [...] o currículo escolar, ponto, acabou. Não vou dar uma atenção especial para isso, não. Ele não vai deixar de fazer o trabalho dele. O trabalho dele é executar, tem lá o programa escolar, o calendário escolar, executa ele, pronto, acabou. Se tem atividade lá que atende o público, que bom. Se não tem também, ele não faz questão. Como obrigar um professor a aplicar na prática? Difícil. (René Mapouna, 2025). (sic)

Esse depoimento evidencia que, apesar da existência da lei, sua ausência no currículo obrigatório das escolas permite que muitos professores ignorem ou tratem o tema de forma superficial. Ou seja, a prioridade dada ao calendário tradicional e as metas escolares baseadas

em diretrizes antigas faz com que não haja espaço, tempo ou vontade para aplicar, de verdade, o ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas. Como resultado, há um comprometimento da participação dos estudantes em atividades que valorizam a identidade negra e impede um ensino inclusivo e representativo.

Diante desse cenário, o projeto “África é Nós” se apresenta como uma resposta real ao processo de apagamento histórico vivido pela população negra. Por meio de ações que valorizam a história e diferentes expressões da cultura afro-brasileira e africana, como a estética, a música, a arte, o projeto oferece aos estudantes negros e negras uma nova perspectiva, baseada no orgulho de suas raízes. Segundo o produtor,

O projeto surge como uma introdução a vários aspectos da cultura. Ele é centrado principalmente na moda e na estética. No projeto, são realizadas oficinas de turbante, passarela - por conta do desfile -, história da moda africana, fotografia, percussão, moda periférica, penteado afro e maquiagem para pele negra. Essas atividades abordam principalmente a estética, mas também a identidade, pois ao falar de estética, fala-se também de identidade (René Mapouna, 2025).

O depoimento do entrevistado evidencia como o projeto utiliza a cultura como ferramenta de afirmação da identidade negra, promovendo o reconhecimento das heranças africanas em suas múltiplas manifestações.

As oficinas de moda e cuidados estéticos como turbantes, passarela, penteados afro e maquiagem para pele negra, configuram-se como espaços de reconstrução e fortalecimento da autoestima, especialmente para estudantes que historicamente foram excluídos desses referenciais.

A experiência relatada por Daniela Ferreira, profissional negra e responsável pela Oficina de Técnica de Passarela do projeto “África é Nós”, destaca a importância das ações na autoestima de estudantes negros e negras através do reconhecimento da beleza e da identidade negra. Para ela:

O projeto tem tudo a ver com as crianças, com os adolescentes, se aceitarem, os negros reconhecerem de onde eles vieram, da cultura. Porque o projeto envolve muito a beleza africana, a beleza, a autoestima dos alunos [...] muitos alunos não tinham autoestima. Eles diziam: ‘sou negro, eu não sei o que vem antes de mim (Daniela Ferreira, 2025).

Sua fala revela a dimensão psicológica da identidade, como aponta Munanga (2012), ao mostrar que o resgate da cultura também atua como instrumento de reconstrução do sujeito negro.

Essa valorização da cultura afro-brasileira e africana proposta pelo projeto “África é Nós” dialoga com as reflexões de Munanga (2012) quanto a resgatar positivamente as

contribuições culturais da população negra. Para o autor, predomina no imaginário social a ideia de que os povos africanos não tiveram um papel importante na formação brasileira, sendo muitas vezes retratados apenas como escravizados, ao contrário dos colonizadores portugueses e dos europeus, que são reconhecidos como símbolo nacional e construtores de saberes e culturas valorizados. Ignoram-se, assim, as ricas contribuições religiosas, artísticas, médicas, tecnológicas, científicas e filosóficas dos povos africanos, reforçando uma visão negativa e limitada de sua importância histórica e cultural.

Dessa forma, ao trazer para o cotidiano escolar referências estéticas e culturais, o projeto “África é Nós” colabora com o que Munanga (2012, p. 10) defende como essencial: “resgatar a história e autenticidade [do negro], desconstruindo a memória de uma história negativa [...] e reconstruindo uma verdadeira história positiva capaz de resgatar sua plena humanidade e autoestima”. O autor reforça a ideia da constituição da identidade por meio de referências positivas.

Como Gomes (2002) afirma, a construção da identidade de uma pessoa não se constrói de maneira solitária ou fechada, ela depende da interação com o outro. Ou seja, para alguém se entender e se definir, é preciso que haja troca com o mundo à sua volta. Além disso, a identidade negra é um processo contínuo, construída por pessoas negras, nos diversos ambientes, sejam eles formais ou não. Consequentemente, essa identidade é construída ao longo de sua jornada escolar (Gomes, 2002).

4.2 RESULTADOS DO PROJETO “ÁFRICA É NÓS” JUNTO AOS JOVENS

René Mapouna (2025) enfatiza que, apesar da resistência inicial, o projeto conseguiu promover ações concretas ao envolver estudantes interessados, ressaltando que a participação voluntária é essencial para o êxito da iniciativa. De acordo com ele,

Quando você traz um projeto como esse, a escola acaba tendo que ceder alguns alunos para poder participar das atividades. [...] Participa quem quer participar. Que também é uma coisa importante. Forçar quem não quer não é interessante para o projeto. A nossa ideia não é essa (René Mapouna, 2025).

Como o autor do projeto e produtor executivo aponta a seguir, um dos grandes focos do projeto é o empreendedorismo e a economia criativa.

[...] o projeto [...] ele mostra maneiras do jovem poder entrar no mundo do empreendedorismo. Uma maneira de introduzir os jovens à economia criativa. Que é, por exemplo, as trancistas. Que conseguem ter uma renda fazendo esse trabalho. Temos a Luce que é uma costureira e vive disso. O barbeiro de favela. Então, são pessoas que aplicam isso no campo. Não é só teoria, traz também a parte prática de

como isso pode ser útil para um jovem periférico que às vezes tá começando a entrar no mercado de trabalho. Como ele pode ganhar um dinheiro a mais? Fazendo o quê? Que tipo de atividade? A gente tenta trazer um pouco disso aí (René Mapouna, 2025). (sic)

Esses profissionais que se qualificam para ministrar as oficinas são exemplos reais, próximos da realidade dos jovens, e vivem do que fazem. Um exemplo citado é o “barbeiro de favela”, que na oficina de moda periférica, ensina a fazer cortes e penteados como o *black power*⁴, valorizando a estética negra.

Além de incentivar o empreendedorismo, o projeto contribui para a construção da identidade. René Mapouna (2025) também afirma:

[...] porque na adolescência a gente vê que pra pessoa se aceitar como negro, como indígena, é um problema. Às vezes tem vergonha. Mas tem vergonha de quê? Tem vergonha porque não tem a informação certa. Ou às vezes porque só é contada uma parte da história e não é contada a outra parte. Geralmente a parte que é contada são coisas ruins, o lado negativo. Aí faz o quê? O jovem rejeita. Se a história desse povo é isso aí, eu não quero me associar. Eu quero me associar à história do vencedor. (sic)

Essas reflexões revelam como o projeto contribui para o fortalecimento da autoestima de estudantes negros e negras. A fala de Daniela Ferreira (2025) ressalta o quanto trabalhar aspectos da cultura negra pode impactar a forma como esses jovens se veem:

Até hoje, desde a primeira edição, eu tenho alunos que falam, nossa, o projeto foi incrível, tanto que eu me aceito agora [...] Porque é muita história que a gente escuta dos alunos, e tem muito também o preconceito que muitos adolescentes estão passando pela transição capilar. [...] leva uma depressão, os alunos novos, crianças com depressão. E aí não se aceita, estão passando pela transição. [...] Muitos não acreditam nele, no potencial que eles mesmos têm. (sic)

O projeto também inclui apresentações artísticas com músicos negros, como o cantor Big Nel. Sua participação vai além da ação cultural, pois representa uma referência positiva para estudantes negros e negras. Como afirma o cantor,

Acredito que minha participação contribui para o fortalecimento da autoestima das crianças negras porque eu sou um jovem negro que é um grande sonhador [...] escolho geralmente duas músicas com letras conscientes, portando mensagem sobre autoestima, superação, sonho e fé” e uma música com toque mais romântico. Escolho essas músicas porque elas me representam melhor, elas relatam o processo de desafios da vida e ainda mais porque venho de um lugar humilde (Big Nel, 2025).

Apesar dos impactos positivos, o projeto enfrenta desafios significativos que comprometem sua continuidade. Um dos principais está relacionado ao financiamento das atividades. O que é explicado por René Mapouna (2025):

⁴ “Poder negro”.

Os recursos que são usados no projeto, são recursos do Fundo de Apoio à Cultura (FAC). Quando o projeto é aprovado em edital, se ele for aprovado, na verdade. 100% do recurso de projetos como esse vem da Secretaria da Cultura. [...] Neste ano ele vai acontecer, só que não vai ser pela FAC. Vai ser por outro edital. E aí seria uma versão com recurso mais escasso, então seria uma versão reduzida do projeto.

Outro obstáculo a ser destacado é o processo de mapeamento das escolas beneficiadas. Mesmo com o interesse de várias instituições, é necessário realizar visitas presenciais para conhecer a realidade local, observar o perfil dos estudantes e avaliar se aquele ambiente está alinhado com os objetivos do projeto. O foco prioritário são as escolas públicas da periferia, com maioria de estudantes negros e negras, onde o racismo estrutural é mais evidente e a ação tende a gerar maior impacto.

Apesar das dificuldades, o projeto segue atuando como uma prática antirracista, integrando história, estética, música, moda e ancestralidade. Contribuindo assim, para que estudantes negros e negras se reconheçam como sujeitos históricos, detentores de saberes, talentos e origens que merecem ser valorizados.

O desfile final, com roupas produzidas a partir de tecidos africanos e penteados afro, marca não somente o encerramento das atividades, mas a celebração de uma identidade reconstruída: os estudantes desfilam como protagonistas de suas histórias, não como personagens. O projeto materializa os objetivos da Lei 10.639/2003, promovendo a valorização da cultura afro-brasileira e africana de forma consistente, crítica e afirmativa.

A análise das entrevistas evidencia o envolvimento e o conhecimento dos três participantes, o produtor cultural, a oficineira de Técnica de Passarela e o cantor, e revela os impactos significativos na vida dos estudantes, principalmente no fortalecimento da autoestima, na consciência racial, na valorização da cultura e na inserção profissional. Daniela Ferreira (2025) salienta que,

O projeto tem tudo a ver com as crianças, com os adolescentes se aceitarem, se reconhecerem como negros e reconhecerem de onde vieram, da cultura. Porque o projeto envolve muito a beleza africana, a beleza, a autoestima dos alunos [...] muitos alunos não tinham autoestima. Eles diziam: 'sou negro, eu não sei o que vem antes de mim.(sic)

Essa fala evidencia como o projeto contribui para a construção da identidade dos estudantes ao resgatar as contribuições culturais da população negra, frequentemente invisibilizada no ambiente escolar. Esse processo de transformação é também perceptível nos depoimentos coletados durante as oficinas. Como relata Daniela Ferreira (2025):

No final do projeto, a gente procura depoimentos dos alunos. Na verdade, não só no final, mas em cada oficina, a gente pega o depoimento de alguns alunos pra ver o que eles acharam. [...] Quem participou do desfile, participou de todas as oficinas, a gente

também pega o feedback do que acharam [...] até hoje, desde a primeira edição, eu tenho alunos que falam, nossa, o projeto foi incrível, tanto que eu me aceito agora. (sic)

Esses retornos revelam o impacto afetivo e identitário do projeto, reforçando sua importância na valorização da autoestima e na formação de uma identidade negra positiva. Para além do reconhecimento cultural, o projeto gera efeitos reais na vida dos estudantes, como destaca René Mapouna (2025) ao relatar, “*por exemplo, alunos que terminam o ensino médio e que acabam se lançando em alguma área porque ele foi introduzido nesse mundo da fotografia ou no mundo das tranças. Gostou, vive disso hoje. Isso é um resultado*” (sic).

Essa fala mostra que o projeto não apenas valoriza a cultura afro-brasileira, mas também abre caminhos para a geração de renda, revelando aos jovens que suas vivências e saberes culturais têm valor social e econômico.

Assim, o projeto “África é Nós” transforma a escola em um espaço de afirmação da existência, onde se fortalecem a negritude, o pertencimento e a valorização da identidade negra, dialogando diretamente com os objetivos da Lei 10.639/2003, que institui a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na Educação Básica. Seu foco são estudantes dos Anos Finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, especialmente jovens negros e negras.

Desse modo, os resultados vão desde o fortalecimento da identidade negra, em conformidade com a Lei 10.639/2003, até a inserção econômica dos jovens, o que também contribui para o enfrentamento do racismo estrutural.

Diante dessas reflexões, o projeto “África é Nós” se apresenta como uma prática educativa concreta, que responde às demandas históricas do movimento negro e a necessidade urgente de aplicação da Lei 10.639/2003 de forma contínua e eficiente.

Ao abordar aspectos históricos, culturais e psicológicos da identidade negra, como proposto por Kabengele Munanga (2012), o projeto vai além da abordagem simbólica da cultura afro-brasileira. Ele se torna um espaço de construção da identidade, onde os sujeitos negros passam a se reconhecer como protagonistas de suas histórias.

A iniciativa coloca em ação o conceito de cultura como prática cotidiana, reafirmando que a identidade não é estática, mas construída na relação com o outro. A presença de profissionais negros e africanos nas oficinas, bem como o diálogo direto com estudantes, revela um processo de valorização da identidade negra que rompe com a lógica do racismo estrutural presente no ambiente escolar (Gomes, 2003).

Ao propor ações baseadas na representatividade, na ancestralidade e na valorização das contribuições culturais negras, o projeto fortalece a autoestima dos estudantes por meio do orgulho de suas raízes. Isso se alinha tanto às diretrizes da legislação vigente quanto aos aportes teóricos da pesquisa, que tratam da formação identitária e da valorização da diversidade cultural.

Assim, ao retomarmos os objetivos desta pesquisa, analisar sobre como o projeto “África é Nós” dialoga com a Lei 10.639/2003, contribui para a valorização da cultura afro-brasileira e africana e para o fortalecimento da autoestima de estudantes negras e negros nas escolas públicas do DF.

Podemos afirmar que a ação educativa analisada cumpre papel fundamental de transformar o ambiente escolar em espaço de afirmação e resistência. A proposta dialoga diretamente com a discussão teórica apresentada ao longo do trabalho e fortalece o compromisso com uma educação antirracista.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho desenvolvido buscou investigar como o projeto “África é Nós” contribui para a valorização da cultura afro-brasileira e africana, bem como para o fortalecimento da autoestima de estudantes negras e negros das escolas públicas do Distrito Federal, em conformidade com o que estabelece a Lei 10.639/2003.

Por meio de pesquisa bibliográfica e entrevistas (pesquisa de campo) com profissionais envolvidos no projeto, identificou-se a potência educativa, cultural e política do “África é Nós”.

As falas de René Mapouna, Daniela Ferreira e Big Nel revelam como o projeto atua no fortalecimento da autoestima, na valorização da herança cultural africana e no sentimento de pertencimento entre os estudantes.

A análise mostrou que o projeto incide diretamente sobre os três fatores que constituem a identidade negra positiva, segundo Kabengele Munanga (2012), a história, ao resgatar e reconstruir a memória coletiva da população negra; a cultura, ao valorizar as manifestações afro-brasileiras e africanas; e o aspecto psicológico, ao recuperar a autoestima, o orgulho e a valorização da negritude.

Além disso, o trabalho dialoga com as reflexões de Nilma Lino Gomes (2002; 2003) ao evidenciar como a escola, por meio de projetos como o “África é Nós”, pode se tornar um espaço político de afirmação da identidade negra. A autora destaca que o corpo negro, sua estética e suas manifestações culturais são frequentemente marcados por olhares desrespeitosos

nas instituições de ensino. Neste sentido, o projeto contribui para reconstruir a valorização dos corpos negros e transforma a escola em um lugar de acolhimento e empoderamento.

O desfile final, marcado por roupas confeccionadas com tecidos africanos, penteados afro e produções artísticas, representa mais do que o encerramento das atividades, é a celebração de uma identidade resgatada, reconstruída e reconhecida. Nele, estudantes negros e negras tornam-se protagonistas de suas histórias. A presença de artistas negros periféricos e africanos fortalece o vínculo entre os jovens e suas referências positivas, evidenciando que a arte é um lugar de resistência e construção identitária.

Embora não esteja institucionalizado no currículo escolar, o projeto estabelece uma prática pedagógica que contempla os princípios da Lei 10.639/2003. Ele ocupa o espaço deixado pelas lacunas da escola, propondo ações significativas com oficinas e palestras ao longo do ano letivo, indo muito além do que geralmente se reserva ao “Dia da Consciência Negra”. O “África é Nós” promove uma educação que respeita a diversidade e combate o racismo presente nas escolas.

A pesquisa revelou que o “África é Nós” não apenas contribui para o reconhecimento da identidade negra, mas também cria oportunidades para a inserção dos jovens na economia criativa, por meio de oficinas que desenvolvem habilidades empreendedoras. Essa dimensão prática do projeto demonstra que a valorização da cultura negra pode ser também um fator de autonomia econômica e social para os jovens periféricos.

Por fim, este trabalho reforça a importância de fortalecer e ampliar iniciativas como o “África é Nós”, que articulam legislação, teoria e prática antirracista, garantindo que as escolas públicas sejam espaços de reconhecimento, pertencimento e valorização da diversidade cultural. Somente assim será possível avançar no sentido de promover uma educação que apoie a transformação e a superação do racismo estrutural.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maíra Pires. Movimento Negro e Educação: Abdias Nascimento, MNU e os princípios da Lei 10.639/03. Revista Repecult - Revista Ensino e Pesquisa em Cultura, v. 1, n. 2, p. 18-41, 2017. Disponível em:
<https://periodicos.ufrj.br/index.php/repecult/article/download/568/569>. Acesso em: 28 jul. 2025.

BRASIL. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília: MEC/SEF, 2004. Disponível em: <https://www.gov.br/inep>. Acesso em: 22 jul. 2025.

BRASIL. **Lei 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Brasília, DF: MEC, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 17 fev. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília (DF), 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 22 mar. 2025.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. 2005. 350 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0B2_ZK-qR9WEKYjcxNDk0Y2ItOTYxYS00ZDQwLWE2ZDYtZDFmNGI0MGRmNzJk/view?resourcekey=0-t9TSekNc6NaJ4qJqJYAj-w. Acesso em: 31 jul. 2025.

FRASER, Márcia Tourinho Dantas; GONDIM, Sônia Maria Guedes. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. **Paidéia**, Ribeirão Preto (SP), v. 14, n. 28, p. 139-152, ago. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/MmkPXF5fCnqVP9MX75q6Rrd/?lang=pt>. Acesso em: 20 fev. 2025.

GOMES, Nilma Lino. Cultura negra e educação: reflexões sobre a implementação da Lei 10.639/03. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 104-116, mai./ago. 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782003000200006>. Acesso em: 17 mai. 2025.

GOMES, Nilma Lino. Educação e identidade negra. **Aletria: Revista de Estudos de Literatura**, Belo Horizonte (MG), v. 9, p. 38-47, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.17851/2317-2096.9..38-47>. Acesso em: 20 fev. 2025.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 167–182, jan./jun. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/sGzxY8WTnyQQQbwjG5nSQpK/?lang=pt>. Acesso em: 6 jul. 2025.

GROSSI, Bruno. **África é nós:** desfile celebra a cultura afro-brasileira. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF, 21 nov. 2024. Atualizado em 21 nov. 2024. Disponível em: <https://www.educacao.df.gov.br/africa-e-nos-desfile-celebra-a-cultura-afro-brasileira/>. Acesso em: 29 jun. 2025.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir:** a educação como prática da liberdade. Trad. Lilian Cibils. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

MÜLLER, Tânia Mara Pedroso; SANTOS, Jorge Luís Rodrigues dos. A presença/ausência da história e cultura negra na escola. In: MÜLLER, Tânia Mara Pedroso; COELHO, Wilma de Nazaré Baía (orgs.). **Relações étnico-raciais e diversidade**. Niterói, RJ: Editora da UFF,

2013. p. 89-102. Disponível em: <https://www.academia.edu/23035352>. Acesso em: 30 jun. 2025.

MUNANGA, Kabengele. Negritude e identidade negra ou afrodescendente: um racismo ao avesso? **Revista da ABPN**, v. 4, n. 8, p. 6-14, jul./out. 2012. Disponível em: <https://www.abpn.org.br/periodicos/index.php/revistaabpn/article/view/8>. Acesso em: 15 dez. 2024.

APÊNDICES

Apêndice A - Roteiro de Entrevista 1

1. Como surgiu o projeto “África é Nós”? Quais foram os fatores que motivaram a sua criação?
2. Quem foram os idealizadores e como se deu a articulação para tirar do papel?
3. Como se deu a parceria com a FAC e qual o papel dela na execução do projeto?
4. Qual é o objetivo principal do projeto?
5. Quais atividades os alunos participam durante o projeto?
6. Quem são os profissionais envolvidos nas atividades?
7. Você já conhecia a Lei 10.639/2003 antes de se envolver no projeto?
8. Quais resultados o projeto já alcançou em edições anteriores?
9. Quais os principais desafios enfrentados para a implementação e continuidade do projeto?
10. Você costuma receber devolutivas dos(as) estudantes sobre o projeto? O que eles costumam dizer?
11. Fale sobre aspectos que você considera mais significativos do projeto “África é Nós”.

Apêndice B - Roteiro de Entrevista 2

1. O que representa para você cantar no encerramento do desfile?
2. Como você escolhe as músicas que apresenta no projeto? Elas têm algum significado especial?
3. Você acha que sua participação contribui para o fortalecimento da autoestima das crianças negras? De que forma?

Apêndice C: Propostas para atuação profissional no futuro

Ao longo da minha trajetória acadêmica no curso de Pedagogia, pude compreender de forma crítica e profunda que a educação vai além da formação profissional, ela é um direito fundamental para o desenvolvimento integral do ser humano. Tendo estudado em escola pública da periferia, sinto que preciso ajudar a minha comunidade, devolvendo todos os saberes e conhecimentos que aprendi na Universidade como compromisso social.

Durante a elaboração deste trabalho de conclusão de curso, a análise do projeto “África é Nós” ampliou ainda mais minha compreensão sobre o papel da escola na valorização da cultura afro-brasileira e africana. Acreditando no potencial da educação como prática da liberdade, pretendo atuar com seriedade e respeito, sendo uma agente de transformação no combate ao racismo estrutural.

Como mulher negra, quero ser uma referência positiva para os jovens da minha cidade que, ao me verem como professora, possam também se reconhecer como sujeitos dignos de ocupar todos os espaços da sociedade.

Moro em uma comunidade onde a maioria da população é negra, por isso reconheço a importância de fomentar práticas pedagógicas que fortaleçam a identidade, a autoestima e o sentimento de pertencimento dos estudantes negros e negras. Dessa forma, meu objetivo é atuar nas escolas públicas da minha região, oferecendo uma educação pautada na justiça e no enfrentamento das desigualdades. Pretendo continuar me aperfeiçoando na busca de aprofundamento dos estudos sobre esta temática.

ANEXOS

Anexo A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido 1

Título do Estudo: O PROJETO ÁFRICA É NÓS COMO INSTRUMENTO DE VALORIZAÇÃO DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA NO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

Pesquisador Responsável: ANA LÚCIA DE PAIVA LIMA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O (A) Senhor (a) está sendo convidado (a) a participar de uma pesquisa. Por favor, leia este documento com bastante atenção antes de assiná-lo. Caso haja alguma palavra ou frase que o (a) senhor (a) não consiga entender, converse com o pesquisador responsável pelo estudo ou com um membro da equipe desta pesquisa para esclarecê-los.

A proposta deste termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) é explicar tudo sobre o estudo e solicitar a sua permissão para participar do mesmo.

O objetivo desta pesquisa é analisar de que forma o projeto “África é nós” contribui para a valorização da cultura afro-brasileira e africana nas escolas públicas do Distrito Federal em conformidade com a Lei 10.639/2003, que trata da obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana na Educação Básica, e tem como justificativa identificar as ações antirracistas no ambiente escolar por meio de entrevistas com os realizadores do projeto.

Se o(a) Sr.(a) aceitar participar da pesquisa, os procedimentos envolvidos em sua participação são os seguintes: Será feito contato via whatsapp para agendar dia e horário de disponibilidade para realizar entrevista, que terá cerca 40 a 60 minutos, tendo a previsão de uma só vez.

Toda pesquisa com seres humanos envolve algum tipo de risco. No nosso estudo, os possíveis riscos ou desconfortos decorrentes da participação na pesquisa podem ser o uso do nome da empresa e sua finalidade no mercado.

Contudo, esta pesquisa também pode trazer benefícios. Um dos possíveis benefícios indiretos resultantes da participação na pesquisa é: a possibilidade de ampliação do conhecimento das ações do Projeto “África é Nós” na comunidade acadêmica e na sociedade. E sua aplicação nas escolas poderá ampliar o acesso dos estudantes e professores - formados e em formação – sobre a cultura afro-brasileira e africana, tendo em vista o que está previsto na Lei 10.639/2003.

Sua participação na pesquisa é totalmente voluntária, ou seja, não é obrigatória. Caso o(a) Sr.(a) decida não participar, ou ainda, desistir de participar e retirar seu consentimento durante a pesquisa, não haverá nenhum prejuízo ao atendimento que você recebe ou poderá vir a receber na instituição.

Não está previsto nenhum tipo de pagamento pela sua participação na pesquisa e o(a) Sr.(a) não terá nenhum custo com respeito aos procedimentos envolvidos.

Caso ocorra algum problema ou dano com o(a) Sr.(a), resultante de sua participação na pesquisa, o(a) Sr.(a) receberá todo o atendimento necessário, sem nenhum custo pessoal e garantimos indenização diante de eventuais fatos comprovados, com nexo causal com a pesquisa.

Solicitamos também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de educação e publicar em revista científica nacional e/ou internacional. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será publicado, bem como em todas as fases da pesquisa. Por favor, assinale a sua opção:

Autorizo que o meu nome verdadeiro seja utilizado neste trabalho.

Não autorizo que o meu nome verdadeiro seja utilizado neste trabalho.

É assegurada a assistência durante toda pesquisa, bem como é garantido ao Sr.(a), o livre

Assinatura do pesquisador

Documento assinado digitalmente

 ANA LÚCIA DE PAIVA LIMA
Data: 24/07/2025 12:39:24-0300
Verifique em <https://validar.itd.gov.br>

Página 1 de 2

Assinatura do participante/responsável

Documento assinado digitalmente

 RENE MARTIN MAPOUNA
Data: 24/07/2025 03:18:53-0300
Verifique em <https://validar.itd.gov.br>

Anexo B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido 2

Título do Estudo: O PROJETO ÁFRICA É NÓS COMO INSTRUMENTO DE VALORIZAÇÃO DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA NO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

Pesquisador Responsável: ANA LÚCIA DE PAIVA LIMA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O (A) Senhor (a) está sendo convidado (a) a participar de uma pesquisa. Por favor, leia este documento com bastante atenção antes de assiná-lo. Caso haja alguma palavra ou frase que o (a) senhor (a) não consiga entender, converse com o pesquisador responsável pelo estudo ou com um membro da equipe desta pesquisa para esclarecê-los.

A proposta deste termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) é explicar tudo sobre o estudo e solicitar a sua permissão para participar do mesmo.

O objetivo desta pesquisa é analisar de que forma o projeto “África é nós” contribui para a valorização da cultura afro-brasileira e africana nas escolas públicas do Distrito Federal em conformidade com a Lei 10.639/2003, que trata da obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana na Educação Básica, e tem como justificativa identificar as ações antirracistas no ambiente escolar por meio de entrevistas com os realizadores do projeto.

Se o(a) Sr.(a) aceitar participar da pesquisa, os procedimentos envolvidos em sua participação são os seguintes: Será feito contato via whatsapp para agendar dia e horário de disponibilidade para realizar entrevista, que terá cerca 40 a 60 minutos, tendo a previsão de uma só vez.

Toda pesquisa com seres humanos envolve algum tipo de risco. No nosso estudo, os possíveis riscos ou desconfortos decorrentes da participação na pesquisa podem ser o uso do nome da empresa e sua finalidade no mercado.

Contudo, esta pesquisa também pode trazer benefícios. Um dos possíveis benefícios indiretos resultantes da participação na pesquisa é: a possibilidade de ampliação do conhecimento das ações do Projeto “África é Nós” na comunidade acadêmica e na sociedade. E sua aplicação nas escolas poderá ampliar o acesso dos estudantes e professores - formados e em formação – sobre a cultura afro-brasileira e africana, tendo em vista o que está previsto na Lei 10.639/2003.

Sua participação na pesquisa é totalmente voluntária, ou seja, não é obrigatória. Caso o(a) Sr.(a) decida não participar, ou ainda, desistir de participar e retirar seu consentimento durante a pesquisa, não haverá nenhum prejuízo ao atendimento que você recebe ou poderá vir a receber na instituição.

Não está previsto nenhum tipo de pagamento pela sua participação na pesquisa e o(a) Sr.(a) não terá nenhum custo com respeito aos procedimentos envolvidos.

Caso ocorra algum problema ou dano com o(a) Sr.(a), resultante de sua participação na pesquisa, o(a) Sr.(a) receberá todo o atendimento necessário, sem nenhum custo pessoal e garantimos indenização diante de eventuais fatos comprovados, com nexo causal com a pesquisa.

Solicitamos também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de educação e publicar em revista científica nacional e/ou internacional. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será publicado, bem como em todas as fases da pesquisa. Por favor, assinale a sua opção:

Autorizo que o meu nome verdadeiro seja utilizado neste trabalho.

Não autorizo que o meu nome verdadeiro seja utilizado neste trabalho.

É assegurada a assistência durante toda pesquisa, bem como é garantido ao Sr.(a), o livre

Assinatura do pesquisador

Documento assinado digitalmente

gov.br
ANA LÚCIA DE PAIVA LIMA
Data: 23/07/2025 10:46:19-0300
Verifique em <https://validar.itd.gov.br>

Assinatura do participante/responsável

Página 1 de 2

Anexo C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido 3

Título do Estudo: O PROJETO ÁFRICA É NÓS COMO INSTRUMENTO DE VALORIZAÇÃO DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA NO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

Pesquisador Responsável: ANA LÚCIA DE PAIVA LIMA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O (A) Senhor (a) está sendo convidado (a) a participar de uma pesquisa. Por favor, leia este documento com bastante atenção antes de assiná-lo. Caso haja alguma palavra ou frase que o (a) senhor (a) não consiga entender, converse com o pesquisador responsável pelo estudo ou com um membro da equipe desta pesquisa para esclarecê-los.

A proposta deste termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) é explicar tudo sobre o estudo e solicitar a sua permissão para participar do mesmo.

O objetivo desta pesquisa é analisar de que forma o projeto “África é nós” contribui para a valorização da cultura afro-brasileira e africana nas escolas públicas do Distrito Federal em conformidade com a Lei 10.639/2003, que trata da obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana na Educação Básica, e tem como justificativa identificar as ações antirracistas no ambiente escolar por meio de entrevistas com os realizadores do projeto.

Se o(a) Sr.(a) aceitar participar da pesquisa, os procedimentos envolvidos em sua participação são os seguintes: Será feito contato via whatsapp para agendar dia e horário de disponibilidade para realizar entrevista, que terá cerca 40 a 60 minutos, tendo a previsão de uma só vez.

Toda pesquisa com seres humanos envolve algum tipo de risco. No nosso estudo, os possíveis riscos ou desconfortos decorrentes da participação na pesquisa podem ser o uso do nome da empresa e sua finalidade no mercado.

Contudo, esta pesquisa também pode trazer benefícios. Um dos possíveis benefícios indiretos resultantes da participação na pesquisa é: a possibilidade de ampliação do conhecimento das ações do Projeto “África é Nós” na comunidade acadêmica e na sociedade. E sua aplicação nas escolas poderá ampliar o acesso dos estudantes e professores - formados e em formação – sobre a cultura afro-brasileira e africana, tendo em vista o que está previsto na Lei 10.639/2003.

Sua participação na pesquisa é totalmente voluntária, ou seja, não é obrigatória. Caso o(a) Sr.(a) decida não participar, ou ainda, desistir de participar e retirar seu consentimento durante a pesquisa, não haverá nenhum prejuízo ao atendimento que você recebe ou poderá vir a receber na instituição.

Não está previsto nenhum tipo de pagamento pela sua participação na pesquisa e o(a) Sr.(a) não terá nenhum custo com respeito aos procedimentos envolvidos.

Caso ocorra algum problema ou dano com o(a) Sr.(a), resultante de sua participação na pesquisa, o(a) Sr.(a) receberá todo o atendimento necessário, sem nenhum custo pessoal e garantimos indenização diante de eventuais fatos comprovados, com nexo causal com a pesquisa.

Solicitamos também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de educação e publicar em revista científica nacional e/ou internacional. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será publicado, bem como em todas as fases da pesquisa. Por favor, assinale a sua opção:

Autorizo que o meu nome verdadeiro seja utilizado neste trabalho.

Não autorizo que o meu nome verdadeiro seja utilizado neste trabalho.

É assegurada a assistência durante toda pesquisa, bem como é garantido ao Sr.(a), o livre

Assinatura do pesquisador

Documento assinado digitalmente

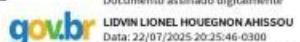


ANA LÚCIA DE PAIVA LIMA
Data: 23/07/2025 10:41:27-0300
Verifique em <https://validar.itd.gov.br>

Página 1 de 2

Assinatura do participante/responsável

Documento assinado digitalmente



LIDVIN LIONEL HOUEGNON AHISSEOU
Data: 22/07/2025 20:25:46-0300
Verifique em <https://validar.itd.gov.br>